

AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 1.495.249 - SP (2019/0122166-5)

RELATOR : **MINISTRO PRESIDENTE DO STJ**
AGRAVANTE : O J B
ADVOGADOS : ROBERTO SCORIZA E OUTRO(S) - SP064633
RONALDO RIBEIRO - SP134591
CARLOS ALBERTO RODRIGUES - SP217121
AGRAVADO : J G DE O
ADVOGADO : JOSÉ ALMEIDA SILVARES E OUTRO(S) - SP016716

DECISÃO

Trata-se de agravo apresentado por O J B contra a decisão que não admitiu seu recurso especial.

O apelo nobre, fundamentado no art. 105, inciso III, alínea *a*, da CF/88, visa reformar acórdão proferido pelo TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO, assim resumido:

PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS. Ação de ressarcimento por enriquecimento sem causa. Internação hospitalar no exterior. - Adiantamento de valores — Paciente que não chegou ser transferida para a Clínica localizada nos Estados Unidos da América e faleceu - Ação "in rem verso" - Restituição dos valores que foram adiantados - Enriquecimento sem causa - Disciplina da distribuição do ônus da prova - Artigo 373,1, do CPC - Constitui ônus do autor provar que os valores que adiantou ao réu foram para o custeio do tratamento médico da paciente - Prova produzida nos autos no sentido de que os valores adiantados destinaram-se ao custeio do tratamento médico de outra paciente - Ação julgada improcedente - Honorários advocatícios - Majoração - Sentença reformada no ponto.

- Apelação do autor DESPROVIDA.

- Apelação do réu PROVIDA.

Quanto à controvérsia, pela alínea *a* do permissivo constitucional, alega violação dos arts. 373, II, 442, 447 e 458 do CPC, no que concerne à ilegalidade da desconsideração da prova testemunhal regularmente produzida, trazendo os seguintes argumentos:

Ocorre que o v. Acórdão simplesmente ignorou a prova testemunhal regularmente produzida nos termos dos arts. 442, 447 e 458, todos do CPC. Desmotivadamente o E. Tribunal a quo não agiu com a Justiça de costume, pelo que fez constar no decisum que as palavras da testemunha não tinham valor, numa clara contrariedade e negativa de vigência aos versículos legais objetados neste recurso especial.

[...]

Repisa-se que a oitiva da testemunha Gilberto Dantas foi a única produzida em termos de prova testemunhal (vide fls. 507/509). A testemunha acompanhou e se incumbiu de todos os envios/repasses de valores ao médico ora Recorrido, sendo que em nenhum momento foi contraditado, ou teve suas palavras elididas por uma contraprova (fls. 828/829).

É o relatório.

Decido.

Quanto à controvérsia, o Tribunal de origem analisou a prova testemunhal nos seguintes termos:

Simple referência, por testemunha, sobre a existência de planilhas com indicação de valores desembolsados para o custeio, tanto do tratamento indicado para a paciente Sandra Luchesi, quanto para o tratamento indicado para a paciente Catarina Amaral Rangel, não se presta a comprovar o fato constitutivo do direito alegado nestes autos. Nada há nos autos a corroborar o depoimento a que se apegava o autor, prestado por Gilberto Dantas, funcionário da empresa Ober S/A, encarregado das tratativas extrajudiciais mantidas com o réu.

Por tudo isso, não se desincumbindo o autor do ônus da prova de demonstrar o acréscimo patrimonial do adversário à sua custa, sem qualquer justificativa a tanto; a improcedência da ação era mesmo de rigor.

Sendo assim, na espécie, incide o óbice da Súmula n. 7 do STJ (“A pretensão de simples reexame de prova não enseja recurso especial”), uma vez que a pretensão recursal demanda o reexame do acervo fático-probatório juntado aos autos.

Nesse sentido: “O recurso especial não será cabível quando a análise da pretensão recursal exigir o reexame do quadro fático-probatório, sendo vedada a modificação das premissas fáticas firmadas nas instâncias ordinárias na via eleita. (Súmula 7/STJ)” (AgRg no REsp n. 1.773.075/SP, relator Ministro Felix Fischer, Quinta Turma, DJe de 7/3/2019).

Confirmam-se ainda os seguintes precedentes: AgRg no AgRg no AREsp n. 1.374.756/BA, relatora Ministra Laurita Vaz, Sexta Turma, DJe de 1º/3/2019; AgInt nos EDcl no AREsp n. 1.356.000/RS, relator Ministro Luis Felipe Salomão, Quarta Turma, DJe de 6/3/2019; e REsp n. 1.764.793/RJ, relator Ministro Herman Benjamin, Segunda Turma, DJe de 8/3/2019.

Ante o exposto, com base no art. 21-E, V, do Regimento Interno do Superior Tribunal de Justiça, **conheço do agravo para não conhecer do recurso**

especial.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 10 de junho de 2019.

MINISTRO JOÃO OTÁVIO DE NORONHA

Presidente

